

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

MEMÓRIA SOCIAL

A PERDA DE IDENTIDADE NO ÂMBITO PRISIONAL E OS SEUS REFLEXOS PÓS- CÁRCERE

¹ Luana Mara Nunes (IC- CNPq), ² Francisco Ramos de Farias (orientador).

1- Curso de Serviço Social

2- Programa de Pós-Graduação em Memória Social;

Apoio financeiro: CNPq

Palavras-chaves: Prisão- Egresso- Identidade.

INTRODUÇÃO

Falar de sistema prisional é um assunto delicado, pelo fato de que há, no campo dos estudiosos, uma visão distorcida acerca de tudo que envolve o tema da prisão e as razões que levam o homem à prática do crime. Desde épocas mais remotas, a escolha pelo homem, para se engajar em realizações por intermédio de ações criminosas, mesmo considerando uma gama de fatores externos, tem sido um assunto que se reveste de muitas obscuridades pelo fato de, principalmente, retratar a nuance mais sombria da experiência humana. Não obstante, em face desta constatação sempre houve um esforço para conter a propensão do homem ao crime pela utilização de técnicas intimidativas como o suplício e a execução e também, com a chamada modernização das penas, com a punição pela restrição de liberdade. Buscando compreender as motivações do homem para o crime, surgiram várias explicações em função das quais várias medidas foram desenvolvidas.

Eis o que podemos observar na Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210 de 11 de Julho de 1984, em seu artigo 5º, a respeito do tratamento destinados aqueles que transgridam a lei, ou seja: “os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal”. Na prática, sobretudo, esse direito não é respeitado e a individualização não é assegurada. Em razão do descumprimento, por parte do estado, de alguns pressuposto legais, observa-se práticas que funcionam de modo a fazer sucumbir os aspectos da singularidade dos detentos a ponto de torná-los uma massa homogênea, nivelados a partir de critérios disciplinares. Desse modo, analisar como ocorre o processo de perda de identidade dos detentos é, antes de tudo, compreender sistemas de identificação de indivíduos inseridos em um contexto social específico. Nesse sentido, é necessário compreender qual a dinâmica das manifestações identitárias na sociedade capitalista de fins do século XX e do XXI para, então, entendermos quem seria o sujeito que se encontra encarcerado. Quer dizer, quais seriam as características de determinados atores sociais nos quais incide o encarceramento? Certamente esses atores conformam-se a traços identitários que circulam no contexto das relações sociais e que têm aspectos relevante na determinação das ações a serem ou não praticadas.

Essa correlação entre identidade e o exercício de um dado papel deve ser pensada na análise que parte da ideia de que os processos de construção e compreensão do “eu” são dinâmicos. Obviamente, trata-se de um cenário que somente se estruturou com o advento da pós-modernidade, o processo de identificação se tornou mais variável e provisório do que jamais fora. Vivendo em mundo marcada pela transitoriedade e efemeridade, o sujeito estaria se tomando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. De certo modo, as identidades corresponderiam a um tipo de celebração móvel, sendo esta formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais o homem é representado ou interpelado nos sistemas culturais que o rodeia. Sendo assim, a análise das motivações de homens e mulheres, para o ingresso ao crime, mostra a multiplicidade de identidades em ação no indivíduo: O sujeito em relação a sua comunidade; o sujeito ante seu parceiro afetivo; o sujeito que quer expor símbolos de ostentação; o sujeito revoltado com sua condição; o sujeito que busca, de diversas formas, afirmação ante ao outro e assim indefinidamente. Uma vez cometendo um crime, dependendo de determinadas injunções, é grande a probabilidade de que o sujeito ingresse na prisão. Ao chegar nesse lugar, o sujeito passa por um primeiro estado de transformação subjetiva que a “mortificação do eu” (Goffman 1968:56-78). Enquanto os ambientes “extra prisionais” são fragmentados sócio-espacialmente, e há uma descentralização do poder que possibilita um despertar de diversas identidades, na prisão há um espaço microsocial onde é imposta uma fronteira temporária de uma vida específica, com “doutrinas” próprias. De acordo com Frankl (1984, p. 53), que esteve presente em um campo de concentração, o processo da perda de identidade se passa da seguinte forma:

A vida experimenta a si mesma somente como partícula de uma massa enorme, e uma existência que se reduz ao nível de existência no rebanho. Sem poder pensar nem querer, as pessoas são tocadas ora para cá, ora para lá, ora são ajuntadas, ora dispersas como um rebanho de ovelhas. Sentíamos-nos feitos ovelhas num rebanho, que somente sabem, pensam e querem uma coisa: escapar aos ataques dos cães, e, num momento de paz, poder comer um pouco.

A identidade dos indivíduos na prisão tende a ser equalizada, o sujeito é codificado, através da reprodução de práticas e de elementos estéticos padronizados, moldando potencialmente identidades neutras e indiferenciadas.

As instituições totais regulamentam o cotidiano do indivíduo. No presídio, todos os aspectos da vida do recluso são realizados em um mesmo local e sob uma mesma autoridade. As refeições, os dias de visita e o horário de entrada e saída nas celas são meticulosamente programados. As regras são estabelecidas hierarquicamente e atingem toda a população carcerária, tendo como objetivo manter a atividade produtiva da instituição. (GOFFMAN, 1987, p. 11).

Assim, além da privação da liberdade, o ambiente prisional acaba por ser mais uma forma de punição e justificativa da precarização do sistema, e não como um espaço que permita, de fato, uma “ressocialização”. A imposição de regras acaba, muitas vezes, por limitar o poder de exercer escolhas cotidianas fazendo com que o detento responda somente aos estímulos ambientais.

Mesmo diante do cenário de liberdade, o indivíduo não encontra alternativas de sobrevivência. Sua identidade é configurada a partir da formação de uma representação social de

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

“ex-presidiário.” O estigma causa um problema de identidade social virtual, pois a criação de rótulos inferioriza um grupo e subjuga-o, a fim de proporcionar a autoafirmação dos demais (GOFFMAN, 1963, p.11).

Ao passar pelo cárcere, o egresso se vê, muitas vezes, em uma situação de baixa autoestima, em decorrência da trajetória que foi vivenciada no interior deste, trazendo conflituosas relações de identidade, devido a ter o estigma de “ex-presidiário”, contribuindo para que simples decisões atitudes e se tornem complexas. Eis a trilha que enveredamos, no sentido de refletir sobre as consequências da travessia por uma instituição penitenciária, por um tempo prolongado, especialmente considerando as relações de identidade no ambiente prisional, e como a perda desta pode influenciar o egresso em sua vida pós-cárcere. Com isso, várias questões surgem, como objeto de reflexão. Quais são as práticas impostas que neutralizam o indivíduo no ambiente prisional? Existe forma de diferenciação neste ambiente? De que forma essas práticas influenciam a vida dos sujeitos?

OBJETIVO

Objetivo Geral

Analisar as relações de identidade no ambiente prisional, e como a perda desta pode influenciar o egresso em suas relações sociais no âmbito da vida social.

Objetivos específicos

* Verificar a percepção dos egressos sobre as relações de identidade no ambiente prisional.

* Identificar se houve “perda” das dimensões de subjetividade e identidade a partir da inserção e convívio no ambiente prisional.

METODOLOGIA

A pesquisa social proposta é qualitativa, uma vez que o processo de investigação centra-se na questão da identidade no ambiente prisional, e como a perda desta influi no âmbito da vida social. As questões aventadas acerca da trajetória do egresso na prisão, como também antes e depois, podem ser analisada à luz das obras de autores como Stuart Hall (2006), Goffman (1963-87) e Foucault (1987) e tem uma natureza exploratória, tendo como propósito a construção de dados empíricos junto aos egressos, para posterior análise.

A investigação será constituída de três etapas metodológicas interdependentes: 1. Mapeamento da população egressa atendida pelo LPSPV no período de 2014/2015, 2. Levantamento das percepções da população egressa sobre as relações de identidade no ambiente prisional, 3. Levantamento bibliográfico e elaboração do marco conceitual da pesquisa, 4. Análise da documentação e, 5. Análise dos dados coletados, que será realizada com base na técnica de análise de conteúdo, cujo objetivo é compreender criticamente o sentido das comunicações (oral, escrita e visual), seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou implícitas.

RESULTADOS

A pesquisa vem sendo realizada com um trabalho de construção de dados em situação de campo por meio de visitas aos presídios, nas quais se elaboram notas de campo; através de pesquisas na web em busca de informações e imagens relacionadas à educação prisional; reuniões para debater o andamento da pesquisa; leituras de textos que englobem o ambiente prisional e uso do laboratório para a coleta e organização de dados. Das incursões realizadas, constata-se que: a) muitos presos sequer têm consciência da representação que a prisão tem para eles da maneira como, pela prática do crime, respondem a determinadas demandas sociais voltadas para a política do encarceramento e pela produção de atores sociais que exerçam o papel de criminoso, b) as sanções decorrentes da condenação parecem ser ineficientes no que tange à possibilidade do preso declinar em relação à prática de ações criminosas, pois para muitos somente existe essa alternativa de vida, seja pelo fato de que não existem meios sociais para o engajamento em outras atividades; seja pela decisão em manter a escolha pelo crime como forma de realização e, c) o cumprimento da pena parece não ter efeito em termos da prevenção, quer dizer, não faz declinarem os alarmantes índices de criminalidade.

CONCLUSÃO

Embora se trata de uma investigação em andamento podemos tecer alguns considerações como objeto de reflexão para suscitar discussões. Em primeiro lugar, é notório o processo de nivelamento das diferenças subjetivas produzidas pelo sistema penitenciário em que o preso tem abrir mão de traços identitários relativos ao modo de viver que antecede o ingresso na prisão, bem como fazer adoção a novas formas identitárias, seja para adequar-se à prisão, seja em termos da assimilação da cultura prisional. Em segundo lugar, fica patente que a escolha para a prática do delito envolve fatores múltiplos, muitas vezes, desconhecidos por aquele que exerce o papel de ator social encarregado de tal finalidade. Em terceiro lugar, a criminalização de ações banais e o endurecimento das penas, do que decorre o aumento significativo da população carcerária, parece não representar uma medida que coíba o crime. Sendo assim, estamos assinalando que, ao contrário do que é esperado em termos das funções da prisão na recuperação do homem para a vida em sociedade observa-se exatamente o oposto: uma vez tendo ingressado na prisão o sujeito aperfeiçoa-se tecnicamente no crime, construindo contornos nítidos e precisos para a identidade de criminoso. Nesse sentido, a prisão que, na condição de projeto fracassado em reabilitar o homem funciona muito bem no propósito de transformar criminosos banais em criminosos tecnicamente eficazes, com domínios e planejamento de ações cada vez mais devastadoras. Obviamente não poderia ser diferente pois a assimilação da cultura prisional como mecanismos de garantia para a sobrevivência ocorre nessa direção. No entanto, esperamos ser possível quebrar essa corrente, sendo esse uma das metas do Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisa sobre a Violência (LPSPV) que funcionará e atendimento aos egressos e onde será feito um levantamento sobre as questões de identidade no pós-cárcere.



13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

REFERÊNCIAS

- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm, acessado em 19/03/2014 às 11:00 h.
- BITENCOURT, C. Falência da Pena de Prisão: Causas e Alternativas. São Paulo: Ed Revistas dos Tribunais LTDA, 1993.
- Hall, S. (2003). Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG
- HALL, Stuart; A Identidade Cultural na Pós- Modernidade, DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006, 102 páginas, tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.
- HANEY, C. The Psychological Impact of Incarceration: Implications for Post-Prison Adjustment. University of California, Santa Cruz, December, 2001.
- FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FRANKL, V. Em Busca de Sentido. 18ª Ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1991.
- GOFFMAN, E. Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1963, pp. 11-48.
- GOFFMAN, E. Manicômios Prisões e Conventos. 2ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva AS, 1987.